



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 11

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1951

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Freitas Calvancanti.
3º Secretário: Senador Gilberto.
4º Secretário: Senador Novaes Marinho.
Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)
Vice-Líderes
Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.I.B.)
Lobão da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.I.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN)

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares
Vice-líder: Gaspar Veloso.
DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-Líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR
Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO
Líder: Atilio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello

SENADO FEDERAL

Freitas Calvancanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Lima Teixeira.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles
Jefferson de Aguiar
Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atilio Vivacqua

SUPLENTE

PSD:

1º Gaspar Veloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gaiotto
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas

Secretária: Maria do Carmo Rondon
Ribeiro Saraiva. Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Fávora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guilherme Mondim
João Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (de PR)

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cadral
3º Nelson Maculan (*)
UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Correa
3º Irineu Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte. Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Barros Carvalho — Presidente (licenciado)
Paulo Werlangue
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*)

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Secretária: Olza José Muniz de Melo. Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gaiotto
Victorino Freire
Vago
Jorge Maynard
Caetano de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernando Fávora
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernando Correa
Dix-Ruit Rosado
Mem de Sá

(*) Substituído temporariamente

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Pericles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arundo Rodrigues
pelo Sr. Antonio Baltar (6-7 60).
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

PL:

1º Vago
2º Aitor Renato Chermont. Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
1º Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caetano de Castro
Paulo Fender
Irineu Bornhausen
João Arruda

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gaiotto
3º Sebastião Archer

PTB:

1º Miguel Couto
2º Lourival Fontes
3º Vivaldo Lima
4º Dix-Ruit Rosado
5º Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho. Oficial Legislativo.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ari Viana

UDN:

Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTR:

Lourival Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente

Secretária: Vera de Alvarenga Mafra, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Oliveira

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:

1º Milton Campos
2º João Arruda

Secretário: João Batista Castelon

PL:

Branco, Oficial Legislativo.
Reunião: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Sender

SUPLENTE

PSD:

1º Sérgio de Melo
2º Euríbio Santos

PTB:

1º Vivaldo Lima
2º Saul Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Sérgio Marinho

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues — Oficial Legislativo

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Caetano de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

PSD:
1º Francisco Gallotti
2º Ruy Carneiro
3º Vago

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Arl Viana
Caetano de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:
1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leonidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Vago
Secretária: Italina Cruz Alves — Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra Bueno

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:

Barros Carvalho
UDN:

1º Sérgio Marinho
2º João Arruda
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais
Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente

Francisco Gallotti.
Arlindo Rodrigues.
Jorge Maynard.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

Benedito Valadares — Presidente
Lima Teixeira.
... (vaga).
Jorge Maynard.
Atilio Vivacqua.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atilio Vivacqua.
... (vaga de Sen. Lima Guimarães).
Lino de Matos.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Francisco Gallotti.
Gilberto Marinho.
Gaspar Veloso.
Mourão Vieira.
Guido Mondim.
Coimbra Bueno.
Atilio Vivacqua.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

ATA DA 27ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 1961

PRESIDENCIA DOS SRS. FILINTO MÜLLER E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Victorino Freire — Sebastião Archer — Mendonça Clark — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dix-Hut Rosado — Novaes Filho — Ruy Palmeira — Heribaldo Vieira — Lima Teixeira — Arlindo Rodrigues — Gilberto Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — João Villasboas — Filinto Müller — Gaspar Veloso — Saulo Ramos — Irineu Borghausen — Daniel Krieger — Mem de Sá. — (28)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Novaes Filho, 4º Secretário, servindo de 2º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.
O Sr. Cunha Mello, 1º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República ns. 46 a 64, do corrente ano, restão

tuindo autógrafos dos seguintes Projetos de Lei já sancionados:

Nº 8, de 1961, que cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências.

Nº 2, de 1961, que revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina.

Nº 79, de 1960, que assegura estabilidade no serviço militar aos talleiros das Forças Armadas, e dá outras providências.

Nº 75, de 1960, que prevê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará.

Nº 12, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.377.318.000,00, destinado ao pagamento de diferenças de remuneração de pessoal das ferrovias.

Nº 116, de 1960, que isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas.

Nº 129, de 1959, que concede auxílio às prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão.

Nº 7, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECO — Seção de São Paulo.

Nº 9, de 1961, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, e dá outras providências.

Nº 14, de 1961, que dá nova redação ao art. 13, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares.

Nº 17, de 1961, que federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Nº 18, de 1961, que altera a redação do § 4º do art. 41 do Decreto-lei nº 1.344, de 13 de junho de 1939, que modificou a legislação sobre Bolsas de Valores.

Nº 16, de 1961, que modifica a Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, suspendendo o vencimento de débitos dos cafeicultores e dá outras providências.

Nº 1, de 1961, que abre um crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 ao Ministério da Viação e Obras Públicas para obras do Túnel do Palatinato, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 22, de 1961, que cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.

Nº 99, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Reg. do Pará, os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional devido a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1958 e o exercício de 1959.

Nº 17, de 1960, que concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00.

Nº 43, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas.

Nº 51, de 1960, que cria uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco e dá outras providências.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Parecer nº 58, de 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 1960.

Relator: Senador Menezes Pimentel. A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Resolução nº 60, de 1960, de iniciativa do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 2 de fevereiro de 1961. — Sebastião Archer — Presidente. — Menezes Pimentel — Relator. — Daniel Krieger.

Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 1960.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 47, letra "p", do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1961

Suspende a execução da letra "d" do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco.

Art. 1º É suspensa a execução da letra "d" do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva de 10 de janeiro de 1955, no recurso extraordinário nº 24.843.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer nº 59, de 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 1960.

Relator: Senador Menezes Pimentel. A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Resolução nº 61, de iniciativa do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 2 de fevereiro de 1961. — Sebastião Archer — Presidente. — Menezes Pimentel — Relator. — Daniel Krieger.

Redação final do Projeto de Resolução nº 61, de 1960.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 47, letra "p", do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1961

Suspende a execução da Lei nº 1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1º É suspensa a execução da Lei nº 1.027 de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva proferida em 13 de setembro de 1954, na representação nº 217.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa Requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário. E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n. 53, de 1961

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Exª se digne a requisitar do Banco do Brasil S. A., por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, as seguintes informações sigilosas:

a) quais são os devedores do Banco do Brasil S. A. nos Estados da Guanabara, do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Per-

nambuco e Bahia, de quantias superiores a 100 milhões de cruzeiros (conta corrente, com o levantamento das várias parcelas, destinação a natureza do empréstimo, vencimento, juros e comissões, garantias atuais e as anteriormente excluídas, etc.);

b) quais as providências do Banco do Brasil S. A. para acautelar os seus interesses e direitos, inclusive e especialmente com relação às dívidas vencidas;

c) quais os motivos que induziram o Banco do Brasil S. A. a não promover a execução das garantias reais, no caso de mora dos devedores e de impossibilidade de implemento das obrigações convencionadas;

d) casos em que houve intervenção do Banco do Brasil S. A. na administração das empresas, com a indicação dos resultados obtidos;

e) casos em que houve reavaliação do ativo, com a concessão de novos empréstimos;

f) se o Banco do Brasil S. A. tem notícia, informação ou ciência de que os devedores referidos neste pedido estão quites com a Fazenda Pública ou, ao contrário, tem conhecimento da concorrência de dívidas fiscais (montante, origem, exercício etc.) com título preferencial e prioritário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1961. — Jefferson Aguiar, PSD — E. Santo.

O SR. PRESIDENTE:

Da bancada do Partido Libertador a Presidência recebeu comunicação da escolha dos Srs. Senadores Mem de Sá e Aloísio de Carvalho, para Líder e Vice-Líder da mesma bancada, respectivamente. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa telegrama que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário. E' lido o seguinte.

TELEGRAMA.

Exmo. Sr. Filinto Müller, DD. Vice-Presidente do Senado Federal.

Brasília — DF.

De Cuiabá — MT — 1-2-61.

Em virtude de haver assumido nesta data as funções de Governador do Estado de Mato Grosso, venho apresentar minha renúncia à cadeira Senador Federal. Atenciosas Saudações. — Fernando Corrêa da Costa, Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa comunica que, de acordo com o Regimento Interno do Senado, havia considerado extinto o mandato do nobre Senador Fernando Corrêa, em virtude de sua investidura no Governo de Mato Grosso.

Agora, com o telegrama de S. Exª, fica efetivada sua renúncia à cadeira que ocupava nesta Casa.

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos, orador inscrito.

O SR. SAULO RAMOS.

Sr. Presidente. Srs. Senadores, podemos considerar de data recente a implantação da siderurgia nacional, com a construção de Volta Redonda, obra de tamanha envergadura no plano internacional.

Entretanto, a construção de uma siderurgia na zona carbonífera de Santa Catarina constitui uma velha aspiração do povo catarinense.

O saudoso Presidente Vargas, quando implantou a siderurgia nacional, mandou fazer estudos no sentido da criação da siderurgia catarinense e da industrialização dos subprodutos do carvão, tais como o aproveitamento do enxofre, o ácido sulfúrico e outros.

Sr. Presidente, em 1953 foi enviada Mensagem Presidencial, à qual estava anexo o Plano do Carvão Nacional. Com a aprovação do Plano do Carvão Nacional, pelo Congresso, ficou ins-

tituída em lei a criação da siderurgia no Estado de Santa Catarina. Tendo o Plano uma vigência de quatro anos, por ocasião da sua renovação, lamentavelmente, não sei por que razões e motivos, o Poder Executivo retirou a siderurgia do Plano. Houve, na oportunidade, manifestações populares, dos homens ligados à indústria carbonífera catarinense, Senadores e Deputados, formulando seus protestos, apresentaram, por intermédio do saudoso Deputado Leoberto Leal, um artigo à exposição governamental, nestes termos:

(Lendo) "Deverá o Governo, no prazo máximo de seis meses, apresentar ao Congresso Nacional, projeto de organização de uma sociedade, com o objetivo de instalar e operar uma usina siderúrgica, prevista na Lei nº 2.112, de 28 de setembro de 1953".

O Governo da República não enviou em tempo como devia, ao Congresso Nacional essa Mensagem e, quando anunciou que a mesma havia sido enviada, ela não se encontrava nem no Palácio do Catete e nem na Câmara dos Senhores Deputados.

O povo de Santa Catarina assistia, poucos meses depois, autorização para instalação de uma siderúrgica no Estado do Rio Grande do Sul, com uma simples autorização presidencial.

Ora, Sr. Presidente, o carvão extraído do subsolo catarinense é o único carvão metalúrgico em nossa Pátria, que alimenta a siderurgia nacional e nada mais justo, coerente e técnico do que se implantar uma siderurgia em plena zona carbonífera catarinense, isso porque, na geologia não existe distâncias para o afloramento e a superficialização dos minerais Ali em Santa Catarina aflora, simultaneamente, o carvão de pedra, o manganês, o tungstênio e tantos outros minerais.

Só esse fato justifica a criação daquela siderúrgica. O jornalista José Vitorino da Silva, Suplente de Deputado Federal pelo meu Estado, tem acompanhado com devotamento a tramitação desse Projeto de Lei na Câmara dos Senhores Deputados e posso informar aos Senhores Senadores de que esse Projeto foi aprovado na Câmara, está em redação final para ser enviado ao Senado da República.

Eis aí a razão da minha presença nesta tribuna pois que pretendo, em nome da bancada catarinense, do Sr. Senador Irineu Bornhausen, do Sr. Senador Francisco Gallotti e do meu, enviar um requerimento, um pedido de urgência urgentíssima para a tramitação mais rápida possível dentro do Senado e para tanto apelar para os Líderes de Bancadas e para os Srs. Senadores, a fim de atender o Requerimento com as assinaturas necessárias, para que possamos aprovar ainda durante essa convocação a criação da indústria siderúrgica em Santa Catarina.

O Sr. Gaspar Veloso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. SAULO RAMOS — Com satisfação.

O Sr. Gaspar Veloso — Estou apartando o ilustre orador porque o Plano Nacional do Carvão interessa aos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e também do Paraná e para comunicar — se é que o ilustre orador ainda não sabia — que, num dos célebres bilhetinhos de S. Exª o Sr. Presidente da República, transmitido hoje pelo rádio a uma hora da tarde, S. Exª deu ordem aos dirigentes do Plano Nacional do Carvão para, no prazo improrrogável de quinze dias transferirem suas instalações do Rio de Janeiro para o Estado de Santa Catarina. Não sei se V. Exª conhecia o fato, de qualquer maneira, para que nossa convolemter seu discurso, estou apreciando-o e comentando-o.

O SR. SAULO RAMOS — Agradeco o aparte de V. Exª e as providências tomadas pelo Sr. Presidente da República, estabelecendo prazo.

O Sr. Gaspar Veloso — Um prazo de quinze dias para a transferência da direção do Plano do Carvão para o Estado de Santa Catarina.

O SR. SAULO RAMOS — Congratulo-me com o Sr. Presidente da República pela iniciativa tomada. Devo declarar que apoiei, durante a campanha presidencial, a candidatura do eminente brasileiro, Dr. Jânio Quadros, e quando S. Ex.^a falava ao povo de Santa Catarina afirmava a construção da Usina Siderúrgica como também operaria a industrialização dos subprodutos do carvão, e a ampliação das redes termo e hidrelétricas que atenderão o Estado de Santa Catarina e a muitos Estados da Região Sul.

Confiante no Senado Federal, no apoio dos Srs. Senadores e na ação do atual Sr. Presidente da República, assim que o Projeto de Lei for enviado a esta Casa entrarei com o pedido de urgência urgentíssima e, aprovado no Senado, subirá à sanção e o povo de Santa Catarina será então aquinhado com a siderurgia que tanto almeja, principalmente nesses últimos tempos em que constitui uma aspiração para cada governador eleito instalar em seu Estado um parque siderúrgico. Ainda há pouco o Governador Carlos Lacerda determinava fossem feitos estudos para a criação de uma siderurgia no Estado da Guanabara. O meu Estado é o que produz o carvão metalfúrgico para o abastecimento do parque siderúrgico nacional, e o nosso carvão continua sendo preterido pelas facilidades que se tem dado à importação do carvão estrangeiro, sem que o Poder Público tome as providências cabíveis.

Por essas razões, Sr. Presidente, se justifica plenamente a construção, quanto antes, em Santa Catarina, de uma siderurgia, e o aproveitamento integral da ulha negra ou carvão mineral, riqueza básica de verdadeira emancipação econômica desta nação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não se encontrando no recinto o nobre Senador Gilberto Marinho, orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando me inscrevi para falar, pretendia fazer um relato circunstanciado e documentado das diligências feitas pelo Itamarati no sentido de solucionar, dentro dos princípios constitucionais, das normas de Direito Internacional e das convenções o intrincado caso do navio português que fora tomado por insurretos desta nacionalidade. Mas, Sr. Presidente, fatos posteriores trouxeram para o caso solução que subiu nos aplausos do povo e desceu na mensagem do Presidente da República de louvor à ação prudente, serena e enérgica do Chanceler Afonso Arinos. Não devo, pois, Sr. Presidente, explicar e defender atos que a consciência do povo recebe tão bem e proclama por todos os recantos, através das suas vozes mais autorizadas e da sua imprensa, como justos, legais e acordes com o Direito Internacional. Assim sendo, devo, apenas, usar da palavra para congratular-me, em nome, não de minha bancada e no da bancada do Partido Libertador e creio, Sr. Presidente, que não exorbito dizendo em nome próprio do Senado da República, com o eminente Chanceler Afonso Arinos...

O Sr. Gaspar Veloso — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. pode acrescentar à homenagem que presta ao nosso ilustre ex-colega, atual Ministro Afonso Arinos, a que também lhe presta nesta Casa o Partido Social Democrático.

O SR. DANIEL KRIEGER — Saiba eu, Sr. Presidente, que em todo

o Senado da República, nas questões internacionais, mercê de Deus, não há divisões nem divergências políticas. Todos são unânimes, acordes em prestigiar a ação do Brasil, porque o seu fortalecimento e o seu respeito no domínio internacional são a suprema aspiração do Senado da República.

Os Srs. Dix-Huit Rosado e Fernandes Távora — Muito bem.

O SR. DANIEL KRIEGER — Assim sendo, nada mais me resta senão dizer que o titular da Pasta das Relações Exteriores correspondeu, pela sua atitude viril, diplomática, compreensiva e humana, às aspirações do Senado da República e de toda a comunidade brasileira. S. Exa., em todas as horas, agiu com aquela elegância e com aquela sabedoria que é própria do Itamarati, do Itamarati do Rio Branco, do Itamarati de Uruguai, do Itamarati de Oswaldo Aranha e de tantos outros valores que enobreceram a vida internacional do país, pela sua dedicação, pela sua clarividência, pela sua sabedoria e sobretudo pelo seu devotamento ao país.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não posso deixar de nesta hora, louvar, e louvar com ênfase, a ação admirável do Comandante do Distrito Naval, o Almirante Dias Fernandes, que agiu obediente às determinações do Itamarati, mas com aquela compreensão humana tão necessária em todos os atos da vida e nas ações de todos os homens. Não podemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ser indiferentes à situação dos passageiros daquela nau.

Aquela nau era território português, por um artifício e por uma ficção do direito, e reconhecemos o direito de sobre ele lavar a rebelião — rebelião que, em tais circunstâncias, sempre merece o nosso respeito pois não nos é lícito negar aplauso a aqueles que lutam para que a liberdade de pensamento, de palavra e de ação predomine no país — se não podemos deixar de reconhecer isso, também não poderíamos ser insensíveis à sorte daqueles seiscentos passageiros, entre os quais se encontravam mulheres, crianças e velhos que necessitavam, que exigiam proteção eficaz de todos os governos.

Foi o que o Brasil, numa determinada emergência, lhes deu.

Hoje, felizmente, tudo está resolvido: alguns passageiros retornam aos seus países, outros seguem seus destinos.

O Governo brasileiro que poderia deixar o navio entregue a decisão da Justiça, o que reafirmou em todas as suas notas, foi fiel aos princípios da Convenção de Havana e restituiu-o ao governo português.

Os passageiros seguiram seus rumos e o Brasil, na posse de si mesmo, agiu com convicção, dentro de sua soberania, porque sempre foi estabelecido que, nas águas territoriais do nosso país, só poderiam outras nações exercer o direito de busca e de salvamento, que é universal.

Portanto, Sr. Presidente, deve o Senado da República, que é o órgão legislativo com interferência na política internacional, regosijar-se e ter uma atitude de louvor ao eminente Senador Afonso Arinos. Ao ex-Ministro Interino Sr. Edmundo Barbosa da Silva, e ao representante do Itamarati em todas essas negociações, o Sr. Castro Alves, a nossa homenagem, a nossa solidariedade, porque eles, em todas as emergências, souberam interpretar o pensamento do nosso país, em termos de independência de soberania e de humanidade.

O Sr. Vivaldo Lima — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Conte V. Exa. com os aplausos da Bancada do

Partido Trabalhista Brasileiro a essa homenagem ao eminente Ministro das Relações Exteriores, Senador Afonso Arinos. O desfecho do caso "Santa Maria" comoveu a Nação. Através do éter e da Imprensa a Nação conheceu a sua tramitação e o epílogo foi realmente empolgante. Honra o próprio Governo que se inicia. Portugal mesmo, pelo seu Governo, aplaudiu nossa atitude. A mensagem do Governo português ao Governo do Brasil é honrosa para todo o povo brasileiro, pela solução dada pelo Presidente Jânio Quadros ao caso do "Santa Maria", que realmente atendeu às duas partes: os rebeldes e o Poder Constituinte português. E o Brasil fez valer, nessa emergência, a sua soberania. Isso é tudo para nós, brasileiros.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agradeço o aparte do ilustre Vice-Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, que complementa a manifestação unânime deste Plenário sobre a atuação brilhante do Senador Afonso Arinos.

O Brasil, Sr. Presidente, cumpriu superiormente o seu papel, realizando aquilo que Von Ihering tão bem definiu, quando escreveu: a missão do Estado é realizar o Direito e a finalidade do Direito é assegurar a paz. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Sr. Daniel Krieger, o Sr. Filinto Müller deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1961, (Número 2.321-60 na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender às despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília, tendo: Parecer favorável, sob n.º 48, de 1961, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa). Está encerrada. O projeto fica com sua votação adiada por falta de número.

Discussão preliminar (art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1959, que altera e dá nova redação ao art. 3.º da Lei n.º 970 de 16 de dezembro de 1949 (que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia, tendo: Parecer, sob n.º 42, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada. O projeto fica com sua votação adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria constante da ordem do dia.

É facultada a palavra a quem dela quiser fazer uso. (Pausa).

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em junho do ano passado, apresentei a esta Casa o Projeto de Lei do Senado n.º 24 de 1960.

Ofereço, agora, um substitutivo à mesma proposição, para o qual solicitei a Mesa o seu encaminhamento oportuno à Comissão onde a mesma se encontra, a fim de adaptá-la à situação vigente no País.

O Substitutivo que ora apresento é vazado nos termos que lerei ao fim deste discurso.

Sr. Presidente, ao apresentar o projeto àquela época, pedi a atenção do Senado para a necessidade inadiável, de que o país se ressentia de ordenar e, mais do que isto, coordenar os planejamentos esparsos e as obras em execução de modo a se estabelecer a indispensável continuidade que, hoje, rege as principais democracias do mundo, bem como as demais Nações.

Sr. Presidente, creio o momento muito oportuno para, à base de Brasília, alimentarmos esperanças do Poder público encarar e resolver os problemas reais do país.

Deixei claro, na oportunidade, que a proposição do projeto teria naturalmente de ser analisada com a mesma atenção dispensada, ao Plano Salte que tramitou e foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Ainda que o Executivo desse cobertura ao projeto, a fim de resolver eventuais óbices constitucionais, seria o caso do Congresso Nacional ou o próprio Senado buscar o auxílio do Poder Executivo para que o mesmo tivesse andamento, possivelmente a base de uma Mensagem. Já tivemos no Brasil um 1.º ensaio de planejamento, de execução coordenada de serviços públicos através do famoso Plano Salte que, infelizmente, não logrou continuidade administrativa.

Outra tentativa atabalhoada e desordenada são as metas do período que ora se encerra; muitas delas foram conduzidas a bom termo, outras porém não chegaram a se concretizar por falta de um plano ordenado e coordenado que pudesse ser batizado de Plano Quinquenal, ou decenal.

Todo o esforço imenso exigido da Nação nesses últimos cinco anos poderia ser perfeitamente corado de êxito, se bem compreendido pelo novo Governo que acabamos de eleger com fundadas esperanças de novos rumos e melhores dias para a nossa Pátria.

Graças a esse esforço, poderemos ordenar os serviços em execução em todos os rincões do País, o que será particularmente interessante para os Estados centrais.

Jamais esqueceremos a colaboração do Governo Eurico Gaspar Dutra, nesse sentido. Foi S. Ex.^a o primeiro Presidente da República a zelar igualmente por todos os Estados do Brasil. Durante seu mandato, não prevaleceu o clube dos quatro grandes Estados, em detrimento dos demais restantes e dos cinco primos pobres desta Nação, que são os Territórios Federais.

E' portanto, particularmente interessante para os Estados centrais, para os da Bacia Amazônica, os do Norte e do Nordeste, para um ou dois Estados da Região Sul e para todos os Territórios, que um planejamento econômico-social seja estabelecido no País. Assim, as inversões feitas pelo Governo que acaba de terminar seu mandato, no interior do País, terão continuidade. Muitas dessas obras precisam ser completadas. Algumas delas foram realizadas em caráter de extrema urgência e, portanto, estão cheias de imperfeições, como sempre acontece, nessas circunstâncias. A perfeição cedeu lugar a rapidez, às vezes galopante. Alguns dos empreendimentos hoje criticados, eram esperados há longos anos, e significam, pela 1.ª vez, a presença do Poder Público em grandes regiões do País.

É o caso do Estado de Goiás. Em função de Brasília, foi ele rasgado de norte a sul, de leste a oeste, em todas as direções, pelas primeiras rodovias federais BR construídas em seu território. Se, porém, essas estradas não forem conservadas, dentro do bom planejamento, bem ordenado, necessariamente se tornarão caminhos intransitáveis, em poucos meses. Aliás, algumas delas já estão em péssimo estado.

Cumpra, pois, ao Poder Público não deixar ao abandono milhões e milhões de quilômetros quadrados que, até há pouco, como a região Amazônica, eram terra de ninguém, e hoje com Brasília, começaram a ser integradas no território nacional.

A função principal de uma Brasília a ser consolidada deve ser, de agora em diante, seu desdobramento, e sua projeção por todo o imenso território que herdamos dos nossos antepassados, abandonado desde a República, até o presente desprezado e desconhecido pelos homens do Poder, enquistados no litoral e de costas voltadas para o interior.

Entendo, pois, que o planejamento por mim sugerido, só trará benefícios imensos ao Poder Público brasileiro, facilitando a administração do Presidente Jânio Quadros, que elegemos com o pensamento e as vistas voltadas para o engrandecimento da nossa terra. É mister, porém, se dê prosseguimento, nos sucessivos períodos governamentais, às obras cuja concretização exige às vezes, quinze, vinte, trinta ou mais anos. É o caso de inúmeros Países da velha Europa, por muitos considerados região de terras e homens cansados. Ao contrário, porém, são áreas prósperas porque administradas por gente evoluída que, visando o bem-estar de suas populações, planeja obras a serem realizadas em prazo dilatado. Posso mesmo destacar obra muito conhecida no mundo moderno, executada pelo Governo holandês.

Há poucos anos, estive na Holanda e visitei o Centro Nacional que controla a execução das obras públicas naquele País. Verifiquei, com prazer, que as principais dotações do orçamento da Holanda, por exemplo, no ano de 1951, diziam respeito a obras iniciadas há quinze anos, e que só seriam ultimadas dentro de vinte e cinco, merecendo de sucessivos Governos dotações básicas, as principais verbas do seu orçamento. Aquêlê povo pensa nas gerações futuras. Eis por que o pequeno País, com uma população da ordem de sete a oito por cento da brasileira, e com um território cem vezes menor do que o nosso, tinha uma produção nacional equivalente à do Brasil, pelo menos até por volta de 1950.

Sr. Presidente, é para soluções como essa que devemos atentar, principalmente agora que estamos com um Plano de Viação Nacional em execução no País todo, e pela primeira vez. Infelizmente, até pouco tempo, os Planos Rodoviários, de Viação Férrea, de Rios, Canais e de Portos, foram relegados para as gerações futuras, deixados ao abandono, o que constitui, sem dúvida, uma vergonha para esta Nação, cuja quilometragem asfaltada, hoje, é ainda menor do que a do pequenino Haiti na América Central.

Precisamos planejar a solução de nossos problemas, a fim de não serem abandonadas as rodovias lançadas no interior do Brasil. Dessas, a do Tocantins, por exemplo, onde cerca de duzentos mil brasileiros vivem, deve ter prosseguimento. É a tão condenada "estrada das onças" no dizer de outros, que não o atual Presidente, que conhece as necessidades das famílias que vivem às suas margens. Entretanto, é ela verdadeiramente a estrada tronco deste País, aquela que completa a integração nacional. Alguém disse, no passado imprópriamente, e muitos repetem hoje que o São

Francisco é o rio da unidade nacional. O tempo, porém, demonstrará, após estudos mais profundos da formação deste imenso território, que o verdadeiro rio da unidade nacional é o Tocantins, extraordinária cunha transcontinental, que rasga o Brasil de Norte para o Sul, de Belém para o Brasil Central, podendo ser facilmente aproveitada para a navegação até cerca de dois mil quilômetros de Belém do Pará. — Não quero com isto desmerecer o São Francisco, que merece as maiores atenções do Poder Público.

Sr. Presidente, para o planejamento Econômico e Social do Brasil peço, pela segunda vez, a atenção da Casa, já agora com urgência. Estamos no primeiro mês do novo Governo que se instala no País. Ele precisará, estou certo, desse planejamento para o engrandecimento da nossa terra, no interesse das gerações futuras e de um destino melhor para os nossos filhos. *(Muito bem, muito bem!)*

SUBSTITUTIVO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO

Substituto ao Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1960

Art. 1º Os Presidentes da República submeterão ao congresso, dentro dos nove primeiros meses após sua posse, o plano quinquenal de desenvolvimento econômico e social do País, englobando quatro anos de seu período e o primeiro do período subsequente; aprovado, este plano entrará em vigor, no início do segundo ano de cada período governamental. Parágrafo único. A partir de 1965, os planos referidos neste artigo devem ser elaborados em suas linhas gerais, em função dos imediatamente anteriores, pelos Presidentes em exercício, e por estes submetidos aos seus sucessores, no último mês de seus mandatos; aos novos Presidentes competirá completar os planos, mantendo a necessária continuidade com os anteriores, e introduzindo as inovações que julgarem necessárias, antes de encaminhá-los ao Congresso.

Art. 2º Os Presidentes da República eleitos depois de 1960, além do disposto no art. 1º, prosseguirão no primeiro ano de seus períodos na execução do quinto ano dos planos quinquenais de desenvolvimento econômico-social em vigor.

Justificação

A mudança da Capital para o Interior enseja uma oportunidade excepcional para governar o País, dentro de planos quinquenais; o projeto vem justamente estabelecer a obrigatoriedade de tais planejamentos, bem como dos elos que deverão associar uns aos outros, não só tais planos, como também os próprios períodos governamentais, assegurando a ambos a necessária continuidade administrativa.

A obrigação de cada novo Presidente executar o último ano do plano quinquenal, cujos quatro anos anteriores couberam ao seu antecessor, favorece grandemente a sua atuação com reais benefícios para a União, — eis que a administração pública federal não sofrerá solução de continuidade, e os novos responsáveis pelo destino da Nação, — sem necessidade de desmontar bruscamente a máquina administrativa que encontrarem, terão tempo suficiente para se inteirar dos serviços em marcha e bem conhecer o pessoal e o material de que irão dispor, isto, — no decorrer dos nove meses que terão à disposição, para introduzir inovações e elaborar o novo plano quinquenal para execução por si em quatro anos e por seu sucessor em um.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 1961. — Senador Coimbra Bueno. Esboço do entrosamento entre os sucessivos "Períodos de Governo" (Per. de Gov.) e os "Planos Quinquenais de Desenvolvimento econômico e Social" (Pl. Q.), a partir de 1961, em Brasília.

	1961	I		Preparo do 1º Pl. Q.
	62	II	1º	
	63	III	2º	
Período de Gov.	64	IV	3º	Período do 1º Pl. Q.
	65	V	4º	
	1966	I	5º	
	67	II	1º	
	68	III	2º	
Período de Gov.	69	IV	3º	Período do 2º Pl. Q.
	70	V	4º	
	1971	I	5º	
	72	II	1º	
	73	III	2º	
Período de Gov.	74	IV	3º	Período do 3º Pl. Q.
	75	V	4º	
	1976	I	5º	

Em resumo. — O Presidente que assumir o Poder, por exemplo, em janeiro de 1966, deverá prosseguir durante esse ano, na execução do 5º e último ano do 1º Pl. Q., — e concomitantemente, refundir, introduzir suas idéias, preparar e submeter ao Congresso, o 2º Pl. Q. (estabelecido em suas linhas gerais e legado pelo seu antecessor); — em 1967, 1968, 1969 e 1970, deverá executar os 4 primeiros anos deste 2º Pl. Q., e ainda estabelecer em suas linhas gerais o 3º Pl. Q.; (a ser legado ao seu sucessor em janeiro de 1971). — E assim por diante criando-se uma vital continuidade administrativa no País.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa não poderá, de acordo com o Regimento, encaminhar o Substituto de Vossa Excelência; os projetos só recebem emenda substitutiva, depois que estão nas Comissões, por iniciativa de algum membro desses órgãos técnicos.

Em todo o caso, o Substituto de Vossa Excelência ficará sobre a mesa, para ser discutido quando vier a plenário o Projeto a que se refere.

O SR. COIMBRA BUENO

(Pela Ordem) — (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, propositadamente abordei o assunto da tribuna do Senado, com o objetivo de chamar a atenção geral para o problema, que reputo da máxima importância.

Buscarei, nos termos do Regimento, apresentar a emenda na Comissão, o mais rápido possível, através de um Colega. No momento, meu apelo é no sentido de que seja estudada a possibilidade de buscar o auxílio do Poder Executivo, a fim de ser encontrada uma fórmula para a tramitação deste projeto, tal como aconteceu quando da tramitação do Plano Salte, no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem do nobre Senador Coimbra Bueno, a Mesa informa que o objetivo de Sua Excelência será, em parte, atendido com a publicidade que o assunto certamente terá.

Quando da discussão do Projeto, o substitutivo de Sua Excelência será lido e submetido à consideração do Plenário, voltando, em seguida, às Comissões, juntamente com o Projeto.

Não há mais oradores inscritos. *(Pausa)*

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte:

Sessão de 7 de fevereiro de 1961

(Terça-feira)

1 — Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1961 (nº 2.521-60, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir,

ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender às despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília, tendo: Parecer favorável, sob nº 43, de 1961, da Comissão de Finanças.

2 — Votação, em discussão preliminar (art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1959, que altera e dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 970, de 16 de dezembro, de 1949 (que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia, tendo: Parecer, sob nº 42, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 20 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 1º DE FEVEREIRO CORRENTE, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente. "Perante o novo governo" é o título do editorial do prestigioso vespertino "O Globo" de ontem, autorizado órgão da imprensa do Estado da Guanabara, incontestavelmente — pode-se dizer sem receio de errar — um dos mais credenciados porta-vozes da opinião pública nacional, tal a penetração de suas tiragens em todos os ângulos do território pátrio.

Foram de tamanha ressonância e compreensão os seus termos, em grande parte, estampadas em letras de forma na página de maior relevo, que tomo a liberdade de reler neste instante os seus mais preciosos e oportunos trechos, a fim de que, saindo da composição de um jornal, brilhante e conceituado, se transporte, desde já, para os Anais do Senado, de vida perene, para apreciação e juízo das gerações contemporâneas e vindouras, pelo testemunho de seus historiadores, quando mais serena e imparcialmente for possível — considerar a passagem dos homens públicos, sobretudo, através de os altos postos de governo, nos Estados ou no âmbito nacional.

Eis pois, Sr. Presidente, na quase totalidade, as francas e vigorosas expressões contidas no aludido editorial:

PERANTE O NOVO GOVERNO

Por força de disposição constitucional e em consequência do resultado das eleições de 3 de outubro do ano findo, assume hoje a chefia da República o eminente brasileiro Sr. Jânio da Silva Quadros.

Com apenas quarenta e quatro anos de idade e depois de brilhante e vertiginosa passagem pela Câmara Municipal de São Paulo, pela deputação estadual, a Prefeitura paulista e o Governo daquela importante unidade federativa, chega, Sr. Exa ao exercício da mais alta magistratura nacional, após um pleito renhidoíssimo, no qual alcançou entronizada vitória.

O êxito obtido nas urnas foi devido muito mais ao seu prestígio sobre as massas e as elites do que propriamente à coligação de partidos que o apoiou.

Declarando-se, ele mesmo, candidato a sucessão do Sr. Juscelino Kubitschek nos últimos dias da campanha do Professor Carvalho Pinto à Governadoria, viu seu nome aclamado de Sul a Norte, num movimento espontâneo e irresistível, que triunfou de todos os óbices e vicissitudes naturais a uma luta de tamanhas proporções. Mesmo quando a certa altura renunciou à sua indicação já homologada por várias con-

venções nacionais, não conseguiu retirar-se da competição, e acabou voltando à arena devido a compactos apelos vindos de todas as classes e de todos os rincões da Pátria. Apelos sinceros, pois se converteram em milhões de sufrágios, não obstante sua condição de porta-bandeira oposicionista.

Campos Sales, que foi um autêntico estadista, deixou exarada em seu magnífico livro — "Da Propaganda à Presidência" — esta inapelável sentença de honestidade política: "Se meus ministros erraram, o que é natural, declaro que errei com eles, desde que não lhes retirei minha confiança. O que me parece indigno é que o Presidente pretenda escapar à responsabilidade das faltas do Governo, atribuindo-as aos ministros. Tal sentimento denotaria pusilanimidade de caráter, incompatível com a nobreza de sentimentos".

O futuro do novo Governo, se não nos enganamos, poderá ser antecipadamente lido, conjugando-se a forte personalidade do Sr. Jânio Quadros com a já comprovada capacidade de administrador e seu pleno conhecimento dos nossos problemas.

Magna é a tarefa a executar-se. O Sr. Jânio Quadros cercou-se de um bom cast na composição de seu Ministério, tendo alguns dos convocados os melhores títulos já granjeados na vida pública. Outros ainda sem tradição administrativa, porém portadores de predicados que os recomendaram à preferência presidencial.

Não tendo interesses subalternos a defender perante o Governo, procuraremos refletir os sentimentos da opinião, esclarecendo-a quanto nos seja possível e colaborando com o chefe do Estado, inclusive pela crítica construtiva e sincera.

Estamos em frente de uma expectativa imensa e simpática. Apenas, ninguém se contentará mais com palavras ou promessas. O anseio unânime é para ver sem demora a ação oficial pondo em marcha as reformas reclamadas pela Nação. Acima de homens e de partidos. Já temos o Governo do povo exercido pelo povo, segundo a definição de Lincoln. Resta só consagrá-lo aos interesses do próprio povo. Não de grupos, de castas ou facções.

Este, o papel que o destino parece haver reservado ao Sr. Jânio Quadros.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer, sem que precise alegar que o faço em caráter pessoal. (Muito bem; muito bem. Palmas).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 7, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Iracema da Costa e Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, para ter exercício na Diretoria do Pessoal.

PORTARIA Nº 8, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Luiz de Araújo Lima, Auxiliar de Limpeza, Padrão PL-11, para ter exercício, na parte da tarde, na Diretoria do Arquivo, sem prejuízo de suas funções na Administração.

Secretaria do Senado Federal em 2 de fevereiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral abonou as faltas dos seguintes funcionários:

Cecília Braconi e Castro, Oficial Legislativo, Símbolo PL-6, nos dias 26 e 27 de janeiro do corrente ano.

Pedro Felix da Costa Lacerda, Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, nos dias 21 a 25 de janeiro do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de fevereiro de 1961. — Ninon Borges Seal, Diretora do Pessoal.

RESENHAS DOS DISCURSOS PROFERIDOS NO MES DE JANEIRO DE 1961

Organizada pela Síntese do Protocolo Geral do Senado Federal

Afonso Arintos — Em 19-1-1961 tece considerações em torno da renúncia do Sen. Taciano de Melo, desejando aos companheiros, clareza na dura fase que se aproxima: governar o Brasil nos próximos cinco anos. (DCN. 20-1-1961).

Em 24-1-1961 justifica emenda ao PLS. nº 48-56. (DCN. 25-1-61).

Em 26-1-61 manifesta, pesar pelo falecimento, em trágico acidente, do Embaixador da Suécia no Brasil, Conde Carl Douglas. (DCN. 27-1-61).

Alcides de Carvalho — Em 23-1-61 associa-se às homenagens prestadas à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24-1-61).

Antônio Baltar — Em 10-1-61 declara confiar em que o ilustre Clóvis Salgado sustará a supressão do Curso de Geologia do Recife e implantará igual curso em Curitiba, sem sacrifício do que vem funcionando na Capital de Pernambuco. (DCN. 11-1-61).

Em 20-1-61 presta contas ao Senado de duas incumbências: Representação no Encontro Latino-Americano de Economia Humana, em São Paulo e na inauguração das obras civis da Barragem de Três Marias, sobre o Rio São Francisco. (DCN. 21-1-61).

Em 24-1-61 (noturna), tece considerações em torno de remessa de lucros, juros e devolução de capital para investidores estrangeiros, falando dos "royalties" do produto nacional brasileiro. (DCN. 25-1-61).

Em 25-1-61 profere discurso na inauguração da Barragem de Três Marias, publicados nos termos do Regtº. número 41-61, do Sen. Moura Andrade. (DCN. 27-1-61).

Em 27-1-61 (noturna), fala do andamento no progresso da economia brasileira, declarando que a renda nacional no Brasil é mal distribuída. (DCN. 28-1-61).

Argemiro Figueiredo — Em 23-1-61 associa-se às homenagens de pesar à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24-1-61).

Em 27-1-61 (noturna), dá suas impressões em torno do Governo que termina. (DCN. 28-1-61).

Ari Viana — Em 23-1-61 deixa consignada sua saudade ao colega falecido, Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24 de janeiro de 1961).

Benedito Valadares — Em 23 de janeiro de 1961 associa-se às homenagens prestadas à memória do falecido Sen. Atilio Vivacqua (DCN. 24 de janeiro de 1961).

Caetano de Castro — Em 18 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do PLC. nº 79-60, ora em discussão, declarando que aprová-lo será ato de inteira justiça. (DCN. 19 de janeiro de 1961).

Em 24 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do estudo do PLS. nº 48-56, justificando ainda emenda que apresentou à Mesa. (DCN. 25 de janeiro de 1961).

Em 25 de janeiro de 1961 (matutina), tece considerações em torno do PLC. nº 14-61, ora em discussão. No mesmo dia (normal) congratula-se com os funcionários do Trib. de Contas, bem como com o Pres. da República, que corrigiu agora, engano anterior, relativo a projeto sobre retribuição, em que funcionou como relator. (DCN. 26 de janeiro de 1961).

Coimbra Bueno — Em 13 de janeiro de 1961 declara que as manchetes de alguns jornais se ocuparam de sua humilde pessoa de modo desairoso, lendo ainda carta que endereçou ao Vice-Presidente da Seção de Goiás, de seu Partido, depositando seu cargo até que se apure a verdade. (DCN. 14 de janeiro de 1961).

Cunha Melo — Em 25 de janeiro de 1961 (normal), declara receber constantemente desesperados apelos de todo o Est. do Amazonas e Territórios, relativos ao aumento do custo da borraça. (DCN. 26 de janeiro de 1961).

Daniel Krieger — Em 18 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do PLC. nº 8-61, lendo Parecer, optando pela aprovação. (DCN. 19 de janeiro de 1961).

Em 19 de janeiro de 1961 (noturna), sobre indicação do eminente Almirante Ernani do Amaral Peixoto para Ministro do Tribunal de Contas, declara que aceitará a indicação para discussão. (DCN. 23 de janeiro de 1961).

Fernando Correia — Em 12 de janeiro de 1961 lê discurso em que se despede de seus colegas para assumir, a 31 pv., o Governo de Mato Grosso. (DCN. 13 de janeiro de 1961).

Fausto Cabral — Em 25 de janeiro de 1961 (normal), declara que, em visita à sua terra, teve oportunidade de refletir sobre as necessidades presentes e que o povo espera dos homens públicos, patriotismo e elevação de propósitos. (DCN. 26 de janeiro de 1961).

Fernandes Távora — Em 18 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do PLC. nº 8-61, ora em discussão, optando pela sua aprovação. (DCN. 19 de janeiro de 1961).

Gilberto Marinho — Em 11 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do desonvolvimento agro-pastoril. (DCN.).

Em 12 de janeiro de 1961 fala de Portaria expedida pelo Ministério da Agricultura, sobre comercialização da safra do trigo nacional, que começa por violar flagrantemente o Decreto nº 47.491. (DCN. 13 de janeiro de 1961).

Em 13 de janeiro de 1961 protesta contra a preterição dos direitos dos servidores da antiga Verba-3 do Orçamento. (DCN.).

Em 18 de janeiro de 1961 focaliza o critério da distribuição de rendas públicas instituído pela Constituição Federal. (DCN.).

Guido Mondin — Em 17 de janeiro de 1961 (noturna), relata história trágica no Rio Grande do Sul toda feita de luta tenaz, persistência e patriotismo (DCN. 18 de janeiro de 1961).

Em 20 de janeiro de 1961 lê relato a respeito do Núcleo Colonial de Santa Cruz, Est. do Rio, fazendo apelo às autoridades para que não ocorra conflitos por falta de providências, já que o próprio Delegado de Polícia de Itaguaí está convivente com a invasão da gleba. (DCN. 21-1-61).

Em 23 de janeiro de 1961 associa-se às homenagens prestadas à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24 de janeiro de 1961).

Em 24 de janeiro de 1961 justifica Projeto que enviará a Mesa sobre auxílio aos Municípios, a fim de evitar que estes tenham que implorar à União aquilo que é extraído de suas próprias comunidades. (DCN. 25 de janeiro de 1961).

Heriberto Vieira — Em 13 de janeiro de 1961 faz veemente reclamação ao Instituto Brasileiro do Café, a fim de que não corte o abastecimento de café aos moageiros do Est. de Sergipe. (DCN. 14 de janeiro de 1961).

Jeferson de Aguiar — Em 26 de janeiro de 1961 declara que, ausente na ocasião presta agora sua homenagem

à memória do Sen. Atilio Vivacqua. Na mesma seção solicita rápida tramitação (atualmente na Câmara), do Projeto de Resolução nº 185-59. (DCN. 27 de janeiro de 1961).

Em 27 de janeiro de 1961 faz breve exposição sobre obras rodoviárias construídas no Est. Esp. Santo solicitando ao Governo para que asfalte os trechos concluídos com relação ao norte do Paraná. Na mesma seção tece considerações em torno do P.L.C. nº 22-61, ora em torno do P.L.C. número 22-61, ora em debate. (DCN. 28 de janeiro de 1961).

João Vilasboas — Em 23 de janeiro de 1961 associa-se às homenagens de pesar à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24 de janeiro de 1961).

Em 24 de janeiro de 1961 tece considerações em torno do P.L.S. nº 48-56, em discussão, declarando que as emendas apresentadas, em nada aperfeiçoarão o referido Projeto. (DCN. 25 de janeiro de 1961).

Lima Teixeira — Em 23-1-61 associa-se às homenagens pela morte do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24-1-61).

Em 25-1-61 (matutina), faz apreciação sobre implantação, no Brasil, da indústria de tratores, sugerindo que os fabricantes os produzam aplicáveis às necessidades de nossa terra. (DCN. 26-1-61).

Em 26-1-61 indaga se há elementos para prestar informações sobre o andamento do P.L.S. nº 25-60. No mesmo dia (noturna), tece considerações em torno da agricultura no Brasil. (DCN. 27-1-61).

Lourival Fontes — Em 19-1-61, falando da aproximação do fim do atual Governo, tece considerações em torno da compra pela nossa Marinha de Guerra do porta-aviões. (DCN. — 20-1-61).

Em 23-1-61 associa-se às homenagens de pesar à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24-1-61).

Mem de Sá — Em 18-1-61 justifica Requerimento de informações que pretende apresentar à Mesa, dirigido ao I.B.G.E. (DCN. 19-1-61).

Em 23-1-61 reverência à memória do Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. — 24-1-61).

Em 26-1-61 tece considerações em torno do Governo que termina, bem como em torno do seu Presidente, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 27-1-61).

Mendonça Clark — Em 11-1-61 solicita à Mesa que acompanhe o andamento do Projeto nº 25-55, pois dessa maneira estaremos trabalhando para que a criança brasileira não morra na infância; lê ainda artigo do "Correio da Manhã" sobre a mortalidade infantil no Piauí. (DCN. 12-1-61).

Em 18-1-61 lê Of. do Sr. José de Alencar Matos, relativamente ao conserto da ponte sobre o Rio Paraíba, finalmente consertada. (DCN. — 19-1-61).

Em 23-1-61 rende preito de saudade à memória do colega, Sen. Atilio Vivacqua. (DCN. 24-1-61).

Em 25-1-61 (normal), declara haver visitado, com outros companheiros, a barragem de Orós, acrescentando que os piauienses esperam sua inauguração nos próximos cinco anos. (DCN. 26-1-61).

Em 27-1-61 fala de conferências realizadas sob o título "Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste", abordando ainda problemas do Nordeste e lendo publicação no "O Estado de São Paulo", lendo também discurso proferido pelo Governador do Estado de São Paulo. (DCN. 28-1-61).

Miguel Couto — lê discurso em que tece considerações, com orgulho, em torno da gigantesca refinaria da Petróbrás, em Duque de Caxias, Estado do Rio, enaltecendo ainda a figura do Gal. Artur Levi. (DCN. 11-1-61).

Moura Andrade — Em 10-1-61 de-

clara que todos sentirão falta do companheiro, Sen. Taciano de Melo, mas que o sentimento de admiração é bem maior que o de saudade do nobre golano. (DCN. 11-1-61).

Em 19-1-61 (noturna), faz apreciação quanto ao discurso do Sen. Daniel-Krieger, declarando ainda que está em funcionamento o regime democrático brasileiro. (DCN. 20-1-61).

Nelson Maculan — Em 25-1-61 (normal), comunica à Casa rumores de que o Governador do Estado do Paraná, cujo mandato está para se encerrar, teria recebido antecipação do Imposto de Vendas e Consignações, do I.B.C. (DCN. 26-1-61).

Novais Filho — Em 11-1-61 fala da greve da Rede Ferroviária do Nordeste, declarando que estes trabalhadores pleiteiam aquilo que a Lei lhes deu. (DCN. 12-1-61).

Em 12-1-61 fala dos sentimentos íntimos de amizade e admiração ao nobre colega, Sen. Fernando Correia. (DCN. 13-1-61).

Em 17-1-61 (normal), presta homenagem à memória do Prof. Antônio Austregésilo. (DCN. 18-1-61).

Em 24-1-61 aborda tema do discurso de posse do novo Pres. dos Estados Unidos, louvando roteiros traçados pelo novo Chefe da grande Nação amiga. (DCN. 25-1-61).

Paulo Fender — Em 17-1-61 (normal), presta homenagem à memória do Prof. Antônio Austregésilo (DCN. 18-1-61).

Em 18-1-61 presta esclarecimentos sobre P.L.C. nº 75-60, ora em discussão. (DCN. 19-1-61).

Rui Carneiro — Em 11-1-61 dá ciência à Casa do agradecimento da Câmara de Vereadores de Picuí, na Paraíba, pelos benefícios que representou a federalização da Universidade. — (DCN. 12-1-61).

Em 17-1-61 (normal), fala do escandaloso caso da importação do feijão americano, defendendo pessoas de destaque, envolvidas. (DCN. 18-1-61).

Rui Palmeira — Em 12-1-61, no eventual exercício da Liderança, dirige palavras de despedida ao colega Fernando Correia, desejando progresso para o Estado de Mato Grosso. (DCN. 13-1-61).

Saulo Ramos — Em 18-1-61, como relator do P.L.C. nº 8-61, oferece consideração, opinando pela sua aprovação. (DCN. 19-1-61).

Em 20-1-61 fala de moléstia infecto-contagiosa que ameaça a Nação, a Hog-cólera ou peste suína, fazendo apelo às autoridades para que cuidem do caso. (DCN. 21-1-61).

Em 27-1-61 denuncia reiteradamente eclosão de novo surto de peste suína em Brasília, da que em 1948, paralisou a indústria frigorífica do País, falando da vacina obrigatória a fim de evitar nova catástrofe. (DCN. 28-1-61).

Vitorino Freire — Em 10-1-61 homenageia a memória do ex-Senador José Neiva de Souza, de cujo falecimento só tomou conhecimento nos Estados Unidos. (DCN. 11-1-61).

Em 12-1-61 despede-se e homenageia o colega Fernando Correia. (DCN. 13-1-61).

Em 13-1-61 congratula-se com seus correligionários do Município de Picuí, no Piauí, representado pelo ex-Senador Valdemar Santos. — (DCN. 14-1-61).

Em 17-1-61 (matutina), fala da interdição da ponte metálica que liga o Maranhão ao Piauí, declarando que a situação prejudica seriamente os dois Estados. (DCN. 18-1-61).

Em 19-1-61 tece considerações em torno do caminho traçado pelas urnas, deixando claro que sua solidariedade ao atual Presidente perdurará fora do Governo. No mesmo dia (noturna), declara que a candidatura à Ministro do Tribunal de Contas tem requisitos para que o Senado aprove sua fadicação. — ... (DCN. 20-1-61).

RESENHA DAS MATERIAS VOTADAS NO MÊS DE JANEIRO DE 1961

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

A Sanção:

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1959 (nº 3.940, de 1958, na Câmara), que concede auxílios às prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão.

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1960 (número 1.822, de 1956, na Câmara), que concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais.

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1960 (número 4.708, de 1958, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas.

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1960 (número 3.670, de 1958, na Câmara) que cria uma Coletoria Federal no Município de Vicenza, Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1960 (nº 985-59, na Câmara), que prevê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará.

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1960 (nº 824, de 1959, na Câmara), que assegura estabilidade no serviço militar aos tarefeiros das Forças Armadas.

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1960 (número 1.700, de 1960, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Pará — os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal.

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1960 (nº 1.066, de 1959, na Câmara), que isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamento em que sejam mútuas as sociedades cooperativas.

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1961 (número 1.586, de 1960, na Câmara) que abre um crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para obras do Túnel do Palatinado, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1961 (nº 1.187, de 1959, na Câmara), que revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento da obra ferroviária no Estado de Santa Catarina.

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1961 (nº 87, de 1959, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC — Seção de São Paulo.

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1961, que cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1961 (nº 70, de 1959) que cria, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, 20 (vinte) Juízes de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00.

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1961 (nº 2.424, de 1960, na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.377.313.000,00, destinado ao pagamento de diferença de remuneração de pessoal de ferrovias.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1961 (nº 1.878, de 1960, na Câmara dos Deputados) que cria a Faculdade de filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1961, (nº 1.961, de 1960 na Câmara) que dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954 que regula a inatividade dos militares.

A Sanção:

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1961 (nº 4.346, de 1958, na Câmara) que concede ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco anos, subvenção de Cr\$ 25.000.000,00.

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1961 (nº 2.236, de 1960 na Câmara) que modifica a Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, suspendendo o vencimento de débitos dos cafeicultores.

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1961 (nº 2.361, de 1960 na Câmara) que federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente a Universidade Rural de Minas Gerais.

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1961 (nº 1.532, de 1960, na Câmara) que altera a redação do § 4º do art. 11 do Decreto-lei nº 1.344, de 13 de Junho de 1939, que modifica a legislação sobre Bolsas de Valores.

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1961 (número 2.566, de 1961, da Câmara) que cria a Universidade do Espírito Santo.

A Câmara dos Deputados:

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1957, originário da Câmara dos Deputados, que determina o registro do contrato, celebrado entre o Ministério da Agricultura e Antônio Reis Lima e sua mulher Francisca Benevides dos Reis.

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do sesqui-centenário da Carta de Lei nº 4, de dezembro de 1810.

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1960 (nº 1.149, de 1960, na Câmara), que autoriza a constituição de uma companhia hidrelétrica no Estado da Paraíba.

A Promulgação:

Projeto de Resolução nº 44, de 1960 que suspende a execução do parágrafo único do art. 68, e artigos 9º e 74 da Constituição do Estado do Piauí, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva.

A Comissão de Redação:

Projeto de Resolução nº 60, que suspende a execução da letra d do art. 2º do Decreto nº 457, de 22 de janeiro de 1950, do Estado de Pernambuco, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Projeto de Resolução nº 61, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 1.027, de 11 de dezembro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Aprovados:

Mensagem nº 32, de 1961, pela o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Fanor Cumpilado Junior para membro do Conselho Nacional de Economia.

Mensagem nº 34, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Ernani do Amaral Peixoto para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas.

Rejeitados:

Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1959, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro para o equipamento de um órgão técnico doado ao Colégio Santa Marcelina, do Rio de Janeiro.